MARINHO, Hermínia R.B et al. Pedagogia do movimento: universo lúdico e psicomotricidade. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MATOS, Marcela M. O lúdico na formação do educador: contribuições na educação infantil. In. Cairu em Revista. v. 2, n. 2, 2013, p. 133-142.

MODESTO, Monica C.; RUBIO, Juliana A.S. A importância da ludicidade na construção do conhecimento. In. Revista Eletrônica Saberes da Educação. v. 5, n. 1, 2014, p. 1-16.

PAIS, Heloisa M.V et al. A contribuição da ludicidade no ensino de ciências para o Ensino Fundamental. In. Braz. J. of-Develop. v. 5, n. 2, 2019, p. 1024-1035.

RAU, Maria C.T.D. A ludicidade na educação infantil: uma atitude pedagógica. 2 Ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

RIBEIRO, Fábia M.; PAZ, Maria G. O lúdico e o ensino de Matemática nas séries finais do ensino fundamental. In. Revista Modelos – FACOS/CNEC Osório. v. 2, n. 2, 2012, p. 22-32.

ROCHA, Maria SPML. A atividade lúdica, a criança de 6 anos e o ensino fundamental. In. Revista Semestral da Associação Brasileira de psicologia Escolar e Educacional. v. 13, n. 2, 2009, p. 203-212.

SILVA, Fábio L.; CARVALHO, Gilvane P.; RODRIGUES, Cleire MA. Relação entre o lúdico e a aprendizagem. 2017. Disponível em: <http://bia.ifpi.edu.br:8080/jspui/bitstr eam/prefix/151/1/Rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20o%20l%C3%BAdico%20e% 20a%20aprendizagem.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SILVA, Jonas L.S. et al. Matemática lúdica: Ensino Fundamental e Médio. In. Revista Educação em Foco. v. 1, n. 6, 2013, p. 26-36.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:

OS DIFERENTES TIPOS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS - DEFICIÊNCIA VISUAL

LUCIANA RODRIGUES DE ALMEIDA MARTINS

RESUMO

O presente trabalho fala sobre a criança deficiente visual (cega ou com baixa visão) desde o início sofre limitações em suas possibilidades de apreensão do mundo externo e de adaptação ao meio. Ela precisa contar com pessoas disponíveis para ajudá-la a explorar o mundo e a elaborar suas próprias informações, usando os demais órgãos dos sentidos – audição, olfato, tato e paladar – para ganhar autoconfiança e senso de equilíbrio. O Atendimento Educacional Especializado se constitui em um sistema de apoio com orientação inclusiva, oferecendo aos alunos público-alvo da Educação Especial (alunos com deficiências, transtornos invasivos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) reais oportunidades de serem incluídos na escola regular, em turno oposto ao frequentado na sala comum.

PALAVRAS-CHAVE: AEE; Aprendizagem; Deficiência Visual.

INTRODUÇÃO

O que é considerado essencial para efetiva inclusão escolar, não tem sido objeto de atenção central por parte das políticas e a aprendizagem de todos hoje que estão na escola não conseguem acompanhar as exigências. Garantir o acesso e os recursos infraestruturais e técnicos é apenas uma condição necessária, porém não suficiente para uma, promoção de uma aprendizagem real, o que consideramos ser o objetivo central da perspectiva inclusiva em educação. (MARTINEZ; TACCA, 2011, p. 8).

Diante disso, como Atendimento Educacional Especializado pode contribuir com a deficiência visual?

Deste modo, o objetivo geral do trabalho é compreender a educação especial voltada para a deficiência visual, mediante os mecanismos da inclusão e as práticas educativas. Os objetivos específicos são avaliar o currículo e as prática educativas da inclusão da criança com deficiência visual; contextualizar a inclusão da criança com deficiência visual; conhecer possibilidades de aprendizagem da criança com deficiência visual.

DESENVOLVIMENTO

DEFICIÊNCIA VISUAL E EDUCAÇÃO

Para Coll, Marchesi e Palácios (2004) o objetivo de ter escolas inclusivas supõe uma profunda transformação do sistema educacional, que vai além da reforma da educação especial. De acordo com Brasil (2000) cabe à sociedade oferecer oportunidades para que as pessoas com limitações em seu relacionamento visual com o mundo possam desenvolver toda sua capacidade física e mental e usufruir dela. Pois há muito a ser feito, sendo preciso reconhecer que já ocorreram muitas conquistas e avanços.

A criança deficiente visual (cega ou com baixa visão) desde o início sofre limitações em suas possibilidades de apreensão do mundo externo e de adaptação ao meio. Ela precisa contar com pessoas disponíveis para ajudá- la a explorar o mundo e a elaborar suas próprias informações, usando os demais órgãos dos sentidos – audição, olfato, tato e paladar – para ganhar autoconfiança e senso de equilíbrio. (BRASIL, 2000, p. 21).

De acordo com Coll, Marchesi e Palácios (2004) coloca que as atitudes dos professores dependem da sua competência e da sua segurança profissional, onde a segurança está relacionada que imagina que podem criar na sala de aula os alunos com necessidades educativas especiais e com ajuda que receberá de outros professores.

São muitos anos de reclamações e interpretações equivocadas sobre as leis da educação. Não se admite mais a continuidade de uma escola sem um currículo apropriado e eficiente. As discussões acerca dessas questões são realizadas em um contexto socioeconômico bastante excludente e em ambientes educacionais que não funcionam, bem como por meio referenciais teóricos que ainda pregam uma visão estática de homem, um currículo arcaico, além de uma visão que idealiza o igual, o homogêneo, como se isso fosse possível. (MOSQUEIRA, 2012, p. 120).

Segundo Mosqueira (2012) a inclusão na educação passa por novos caminhos e o professor passou a ser um facilitador do processo de aquisição do conhecimento, havendo uma nova visão sobre o histórico de deficiências, avaliações visuais na escola, dando aos novos currículos uma competência que obriga a escola a se transformar e assumir um novo papel. "O professor da escola inclusiva vai precisar compreender e assumir as múltiplas competências que o processo exige. (MOSQUEIRA, 2012, p. 12).

Para Martinez e Tacca (2011) os estudos e pesquisas sobre aprendizagem escolar representam um campo de investigação cada vez mais importante em razão das crescentes transformações e dos desafios que se colocam a educação como prática social. De acordo com os autores, não deve ser subestimado de modo algum a necessidade de garantir os adequados suportes materiais e técnicos na educação das pessoas na educação das pessoas com deficiências, reconhecida a complexidade da aprendizagem escolar.

A aprendizagem adquirida em seu meio em contato com diferentes objetos, mediante relações interpessoais, impulsiona o seu desenvolvimento. É neste espaço que cabe ao adulto criar situações geradoras de conhecimentos, deve mediar, provocar situações que o deficiente visual possa ter e vivenciar novas experiências, internalizá-las e construir seus conhecimentos. (BRASIL, 2003, p. 27).

A cegueira é uma deficiência sensorial que se caracteriza pelo fato de que as pessoas que dela procedem têm seu sistema visual de coleta de informações total ou seriamente prejudicado. (COLL; MARCHESI; PALÁCIOS, 2004, p. 151). Segundo os autores, a visão é básica para se ter acesso à leitura e à escrita e apesar dos problemas de acesso à informação que têm as crianças cegas, elas poderão construir seu desenvolvimento, partindo dos sistemas sensoriais de que dispõe, mediante vias alternativas distintas dos videntes.

A educação vigente que normatiza o funcionamento da educação especial como modalidade de ensino avançou em alguns aspectos, particularmente, no que se refere à organização de setores de apoio específicos nas instituições de ensino superior para facilitar a formação dos alunos com deficiência. Pode-se avaliar esse avanço pela ênfase institucional, já que a legislação responsabiliza essas instituições pelo apoio instrumental adequado aos alunos com necessidades educacionais especiais, tendo respaldo legal e financeiro em âmbito federal. (MARTINEZ; TACCA, 2011, p. 239).

Desta forma, de acordo com Mosqueira (2012) a história mostra as dificuldades pelas quais os deficientes visuais passaram no decorrer dos tempos, foram épocas de muita dependência e desprezo, além da existência de uma escola alienada do processo de inclusão. "Todas essas crianças vão precisar de possibilidades e estímulos suficientes para crescer e se tornar independentes na fase adulta." (MOSQUEIRA, 2012, p. 45).

Percorrendo períodos da história universal, desde os mais remotos tempos, evidenciam-se teorias e práticas sociais segregadoras, inclusive quanto ao acesso ao saber. Poucos podiam participar dos espaços sociais nos quais se transmitiam e se criavam conhecimentos. A pedagogia da exclusão tem origens remotas, condizentes

com o modo como estão sendo construídas as condições de existência da humanidade em determinado momento histórico. (BRASIL, 2001, p. 19).

Os graus de visão abrangem um amplo espectro de possibilidades: desde a cegueira total, até a visão perfeita, também total. A expressão 'deficiência visual' se refere ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal. (BRASIL, 2000).

Segundo Brasil (2000) a Organização Mundial de Saúde estima que, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, de 1 a 1,5 por cento da população é portadora de deficiência visual, onde cerca de 1,6 milhão de pessoas com algum tipo de deficiência visual, sendo a maioria delas com baixa visão.

De acordo com Brasil (2000) a visão subnormal ou baixa visão abrange à alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades. "Além disso, a deficiência visual, em qualquer grau, compromete a capacidade da pessoa de se orientar e de se movimentar no espaço com segurança e independência." (BRASIL, 2000, p. 12).

Essa limitação, pode prejudicar o desenvolvimento social da criança, segundo Brasil (2000), na idade pré-escolar pode prejudicar o conhecimento do mundo a seu redor e seu relacionamento com outras pessoas pois é um momento em que ela gosta de ter amigos, brincar junto e compartilhar os brinquedos, pois se a criança estiver impossibilitada de desempenhar esses papéis, ficará insatisfeita e isolada, e isso trará prejuízos a sua aprendizagem.

Por meio de brincadeiras, como o faz-de-conta, podemos avaliar as dificuldades, a falta de conhecimentos relacionados a conceitos e suas representações por parte das crianças deficientes visuais e, a partir daí criar espaços para que continuem brincando, mas o professor e os colegas que enxergam serão os mediadores. As crianças deficientes visuais, por meio de brincadeiras, estarão explorando o seu meio, fazendo descobertas, desenvolvendo conceitos e organizando suas representações. Consequentemente, suas limitações serão amenizadas. (BRASIL, 2003, p. 32).

Para Mosqueira (2012), as causas da deficiência visual são variadas e podem ocorrer antes do nascimento, durante o parto ou durante o crescimento do indivíduo, onde independentemente da causa da deficiência, a criança pode perder totalmente a visão ou mesmo crescer com algum resíduo dela.

De acordo com Martinez e Tacca (2011) Vygotski (1989) considera o indivíduo com cegueira não é simplesmente aquele desprovido da percepção visual e que se utiliza dos demais sentidos para aprender o mundo, onde Vygotsky focaliza a integralidade do individuo e a conformação singular da sua personalidade em função das diferentes experiências vividas e das múltiplas influências recebidas.

Vygotski (1989) defende a singularidade do processo de desenvolvimento que é regido pelas leis da diversidade. Isso representa outra perspectiva para as pessoas com defeito, que passam a ser compreendidas na sua singularidade. Por meio dessa abordagem, Vygotski enfatiza

as características qualitativas do desenvolvimento do indivíduo e de sua personalidade e entende que a psicologia do cego não é a psicologia do vidente sem a visão. (MARTINEZ; TACCA, 2011, p. 249).

Ou seja, de acordo com os autores, Vygotski diferencia as psicologias e aborda a importância no desenvolvimento. De acordo com Mosqueira (2012), pessoas com a mesma deficiência não apresenta necessariamente a mesma resposta para os estímulos recebidos do ambiente pois a função de cada indivíduo apresenta um diagnóstico de uma doença ou deficiência muito particular.

De acordo com esse conceito, o professor deve levar os alunos a conquistarem conhecimentos que não ocorreram espontaneamente, interferir e mediar situações de aprendizagem impulsionando o desenvolvimento. (BRASIL, 2003, p. 26).

Esse mediador terá o papel de uma ponte que fará a ligação da criança deficiente visual, principalmente da portadora de cegueira, ao mundo socialmente organizado e conhecido. Caso contrário, provavelmente, apresentará déficit em seu desenvolvimento. (BRASIL, 2003, p. 27). "Lei nº 853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais." (BRASIL, 2001, p. 11)

De acordo com Brasil (2003) a natureza da aprendizagem é social e ocorre desde o nascimento, o bebê age mediante experiências sociais resultantes de processos de imitação, onde o bebê por meio da imitação de um adulto que a expõe a diferentes situações, aperfeiçoa a sua motricidade, sua percepção e organiza a sua aprendizagem, é o adulto que dá significados aos desejos do bebé, como a mãe quando diz saber que o filho chora por fome, dor ou frio.

Devido à imaturidade motora, as ações do bebê são limitadas e suas primeiras experiências com o meio em que vive acontecem principalmente pela boca e, depois, pela visão, onde aparecem as primeiras sensações e as reações psicológicas primárias. É nessa etapa do desenvolvimento que o adulto estimula os movimentos da criança utilizando objetos e fazendo brincadeiras. (BRASIL, 2003, p. 28).

Logo após, de acordo com Brasil (2003) o amadurecimento motor, iniciam-se os primeiros exercícios de vocalização, é nos primeiros meses o bebê age de maneira organizada, movimenta braços e pernas e emite sons conforme essas ações lhe agradam e que satisfazem seus desejos imediatos.

De acordo com Brasil (2003) a ação comunicativa é de extrema importância no caso da criança cega, pois acompanhada da ação de explorar tatilmente, permitirá a ela compreender os significados das coisas que fazem parte do seu meio, isto é, os conceitos e mais tarde fazer suas representações, mas as ações sociais que levam a criança a manipular objetos:

Entretanto, as ações socializadas são iniciadas pelos adultos e são essas ações que levarão a criança a aprender a usar os objetos. No caso do deficiente visual, uma vez que pouco ou nada enxerga, se não tem possibilidade, por exemplo, de imitar, as ações socializadas ficarão prejudicadas, uma vez que os objetos por si só não in-

dicam o seu uso. Portanto, essas relações (mediações), adulto/criança e também criança/criança, são imprescindíveis para compreenderem seu meio e participarem ativamente dele. (BRASIL, 2003, p. 29).

Para Brasil (2003) a criança dita "normal" é muito observadora e logo começa a demonstrar o quanto a socialização se faz presente em sua aprendizagem e a criança com deficiência visual e, mais especificamente daquela com cegueira, se não houver mediação do adulto, o mesmo não ocorrerá.

De acordo com Diniz (2012) a inclusão escolar das crianças com deficiência iniciada desde a Educação Infantil no sistema comum de ensino constitui uma possibilidade de que elas tenham uma trajetória educacional mais favorável para suas aprendizagens, compartilhando um ambiente comum, marcado pelo princípio da inclusão de todos, é onde vive formas diferenciadas de estar no mundo e de aprender, onde crianças experimentam situações de aprendizagem mais ricas para si e para possibilidades de intervenção pedagógicas.

Desta forma, segundo a autora, no movimento de mudanças, a escola tem uma importante função e deve ter condições para desempenhá-la com mais segurança e clareza, sendo preciso que haja investimentos na materialidade das escolas, na formação dos docentes e na valorização da atividade de inclusão.

DEFICIÊNCIA VISUAL E O AEE

A escola no contemporâneo tem novas abordagens para o aprendizado de todos, sem exclusão, sendo acrescentado cada vez mais assistência, novos métodos e práticas, na busca de vencer as barreiras das dificuldades de aprendizagens e a promoção social dos alunos.

Segundo Coll, Marchesi e Palacios (2004) o objetivo fundamental da educação escolar é promover de forma intencional o desenvolvimento de capacidades e apropriação de determinados conteúdos da cultura, necessários para que os alunos possam ser membros ativos do seu âmbito sociocultural de referência.

Desta forma, para atingir o objetivo, conforme Coll, Marchesi e Palacios (2004), a escola deve ter o equilíbrio de forma educativa, de forma compreensiva e diversificada, proporcionando uma cultura comum a todos os alunos, evitando a discriminação e a desigualdade de oportunidades e respeitando ao mesmo tempo, as características e necessidades individuais.

Existem necessidades educativas comuns compartilhadas por todos os alunos, relacionadas às aprendizagens essenciais para o seu desenvolvimento pessoal e sua socialização, que se expressam no currículo escolar. Nem todos alunos, porém, enfrentam com a mesma bagagem e da mesma forma as aprendizagens estabelecidas nele, visto que têm capacidades, interesses, ritmos, motivações e experiências diferentes que medeiam seu processo de aprendizagem (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p. 290).

De acordo com Brasil (2012) o processo de inclusão de alunos com deficiência tem se desenvolvido de maneira cada vez mais consistente e plena no país e, em 2008, o Ministério da Educação publicou o documento que define as diretrizes nacio-

nais sobre como os municípios e Estados da União deverão implementar e desenvolver políticas públicas de inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nos quais essa política se materializa por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que se constitui em um sistema de apoio com orientação inclusiva, oferecendo aos alunos público-alvo da Educação Especial (alunos com deficiências, transtornos invasivos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) reais oportunidades de serem incluídos na escola regular, em turno oposto ao frequentado na sala comum.

O que se nota é que na trajetória de implantação de uma política pública para atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais está implícita uma preocupação do Estado em oferecer a eles um conjunto de suportes que lhes garantam o pleno acesso ao currículo e uma educação de qualidade em uma perspectiva inclusiva. Todas as ações propostas e desenvolvidas convergem para a política inclusiva defendida no território nacional. (BRASIL, 2012, p. 23).

Conforme Martinez e Tacca (2011) em nosso país, a partir da década de 1990, o processo de mudança política que visava garantir o princípio da inclusão veio sendo estabelecido pela pressão de grupos da sociedade civil, organizada pelos poderes governamentais para o estabelecimento dos direitos e oportunidades igualitárias para pessoas com deficiências, estabelecendo leis e decretos, sistematizando conquistas. Assim, de acordo com Martinez e Tacca (2011) a organização da escola está, historicamente, para uma transmissão de cultura dominante, com a tentativa dessa transmissão para que seja uniforme, ou seja, que todas as pessoas aprendam as mesmas coisas, da mesma maneira e ao mesmo tempo, conteúdos escolhidos e organizados de maneira padronizada, não ocorrendo espaço para manifestações singulares que compõe a diversidade da sala de aula.

Desta forma, algumas crianças que não acompanham o ensino como se espera que façam, ou não apresentam a resposta esperada, são rotuladas como aquelas que têm dificuldades de aprendizagem. (MARTINEZ; TACCA, 2011, p. 149).

Ainda convivemos com concepções de desenvolvimento arraigadas em modelos deterministas, com padrões normativos de aprendizagem e modelos preestabelecidos de relacionamentos entre as pessoas, que impingem à deficiência um caráter de déficit permanente. (DIAS; OLIVEIRA, 2013, p. 179)

Desta maneira, o conjunto de especificidades dos saberes desenvolvido, conforme Martinez e Tacca (2011), em tempos anteriores, pelo movimento da inclusão, a Educação Especial passou a ser questionada, sendo considerada ultrapassada, pois o desafio deixou de ser de poucos para alcançar a todos que estão efetivamente envolvidos com a educação e o processo de aprender.

Porém, em uma perspectiva dialógica de cunho histórico-cultural, a natureza deficitária da deficiência intelectual toma outros contornos, permitindo trajetórias de vida diferenciadas e autônomas às pessoas. A deficiência deixa de ser uma condição restritiva e passa a ser uma possibili-

dade de desenvolvimento que se constrói no entrelaçamento dialético entre as condições ambientais, histórico-culturais e as condições subjetivas da pessoa que um dia recebeu o diagnóstico de deficiência intelectual. (DIAS; OLIVEIRA, 2013, p. 179).

Deste modo, a deficiência intelectual passa a ser olhado de uma outra maneira em condições de aprendizagem, no modo singular de que cada criança tem seu ritmo e modo de aprender e seu próprio desenvolvimento.

Segundo Montoan (2015) a escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso de toda ordem, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e social, onde os alunos são vítimas de seus pais, de seus professores, em todos os sentidos, são rotulados como malnascidos e com hábitos que fogem ao protótipo do estudante da educação formal.

Segundo Mosqueira (2010) vivemos em uma sociedade que ainda está presa a antigos conceitos sobre a capacidade e produtividade do homem, especialmente das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Os deficientes visuais, como já é senso comum, sofreram muitas discriminações no decorrer dos tempos. Foram segregados, abandonados e, com muita luta, conseguiram seu espaço. As mudanças de comportamento desses indivíduos em razão de suas conquistas são evidentes. Outra evidência é a conquista de espaços físicos que há alguns anos ainda eram frequentados apenas pelas pessoas ditas normais. A escola regular é o melhor exemplo disso, visto que a inclusão, hoje, é uma realidade. (MOSQUEIRA, 2010, p. 9).

De acordo com Brasil (2001) todos alunos, em determinado momento da sua vida escolar podem apresentar necessidades educacionais e os professores conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas, mas existem necessidades educacionais que requerem da escola uma série de recursos e apoios de caráter especializado, proporcionando ao aluno meios para acesso ao currículo.

De acordo com Montoan (2015), as ações educativas têm como eixos o convívio com a diferença e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula.

De acordo com Lopes (2013) coloca que diante das pesquisas, a inclusão é um desafio permanente, devendo ser continuado ser lançado questões para que tenha uma educação de qualidade para uma meta da educação em geral. “A criança portadora de deficiência visual (cegueira ou baixa visão) deve ser avaliada por profissionais da área da saúde e da educação, num trabalho conjunto, para identificar suas necessidades específicas e sua potencialidade”. (BRASIL, 2000, p. 15).

De acordo com Mosqueira (2012) todo e qualquer método de ensino de leitura e escrita para deficientes visuais deve ser avaliado muito bem, não devendo escolher métodos impróprios, o método braile deve ser aplicado às crianças cegas ou qualquer pessoa que não possa usar a visão para ler e escrever.

Desta forma, Mosqueira (2012) coloca que para iniciar o braile é necessário que o aluno esteja apto a movimentar os dedos com uma certa precisão e coordenação, onde a criança cega deve ser estimulada a exercitar a coordenação motora fina.

Nos casos de baixa visão, é preciso saber se o avaliado tem condições de frequentar a escola usando outros materiais adaptados, como lupa, lentes de aumento, computador etc. Mais de 80% das pessoas rotuladas como "cegas" possuem algum resíduo visual. Por essa razão, precisamos saber quem são e como está funcionando a visão desse aluno. (MOSQUEIRA, 2012, p. 70).

De acordo com Coll, Marchesi e Palácios (2004) coloca que existem vários métodos diferentes para escrever o sistema braile, mas é preciso destacar que hoje existem diversos instrumentos tecnológicos capazes de ajudar as pessoas cegas e deficientes visuais na leitura e na escrita, sendo priorizados mais de acordo com avanços da informática, sendo oferecido pelo mercado atualmente teclados, impressoras, sintetizadores de voz, programas informáticos, etc. que permitem ao cego ou ao deficiente visual um acesso maior à comunicação e à língua escrita.

Segundo Mosqueira (2012) o lúdico é a parte fundamental em qualquer processo de aprendizagem, o que não é diferente com os cegos, como por exemplo, ao brincar com massinhas pode favorecer a melhora da coordenação motora fina, como também ação de enrolar pedaços de papel. É importante um preparo psicomotor do aluno cego antes dele iniciar alfabetização em braile. Mas, decifrar o sistema em Braille não garante aprendizagem conceitual necessário para o processo de leitura.

De acordo com Stobaus e Mouriño (2013) através da arte, o homem cria, se sensibiliza, se expressa, se comunica com seus semelhantes, se humaniza, consegue reencontrar-se com o mundo, com os outros homens, com as coisas, consigo mesmo, numa reunião harmônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação da criança com deficiência visual, apesar de vários mecanismos de aprendizagem e desenvolvimentos tecnológicos, ainda é um tema complexo, pois a educação inclusiva passa por adaptações pedagógicas e as políticas públicas não criam um currículo específico para as deficiências e dificuldades de aprendizagem, sendo utilizados leis que vigoram a educação especial de um modo geral de inclusão, especificando apenas alguns casos.

Quanto a mobilidade, a Política Educacional de Inclusão faz-se necessário o acréscimo de programas específicos que venham atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência visual, onde destacam-se programas de Orientação e Mobilidade, conhecimento indispensável para a conquista da autonomia e, consequentemente, a independência e inclusão do deficiente visual na escola e na sociedade.

O atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprio do atendimento e orienta os alunos e professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular onde o atendimento educacional especializado